



Rosinei Coutinho/STF



Poucos momentos de descontração, sempre puxados por algum comentário de Dino, reforçaram o perceptível mal-estar entre os ministros

Nos bastidores, bilhete, dedo em riste e abraços

Correio acompanhou dentro do plenário do STF as reações, as expressões e os momentos em que Fachin, Gilmar, Mendes, Dino, Mendonça e Fux se confrontaram

» ALÍCIA BERNARDES

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que analisa a possibilidade de abertura de investigação sobre o ministro Alexandre de Moraes foi marcado por uma sucessão de episódios nos bastidores que expuseram a tensão entre os integrantes da Corte. Além dos debates formais sobre os procedimentos relacionados ao caso Master e às trocas de mensagens atribuídas ao magistrado e ao ex-banqueiro Daniel Vercaro, o plenário teve cochichos, conversas reservadas, troca de bilhete e saídas de ministros. A sessão terminou depois de o ministro Flávio Dino retirar o voto e pedir vista do processo que discutia a possibilidade de análise conjunta dos casos de Moraes e de André Mendonça.

Desde o início, o ambiente no plenário destoou de uma sessão ordinária. O acesso de jornalistas foi restringido, com profissionais autorizados a acompanhar presencialmente os trabalhos impedidos de utilizar celulares e notebooks. Apenas fotografos da própria Corte tiveram autorização para registrar a sessão. Mesmo com o reforço na segurança e as limitações impostas, havia lugares vazios no plenário.

Enquanto o presidente do Supremo, Edson Fachin, fazia a leitura do relatório, os ministros trocavam impressões em voz baixa e consultavam celulares. Moraes permaneceu em silêncio durante aproximadamente duas horas antes de participar de maneira mais ativa dos debates.

Nos primeiros momentos, as conversas reservadas concentraram-se, principalmente, entre Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Toffoli ocupava a cadeira ao lado de Moraes, enquanto Gilmar estava próximo dos dois. Em diferentes momentos, os três conversaram entre si. Moraes também trocou poucas palavras com Dino. Mendonça, sentado entre Moraes e Dino, permaneceu isolado em parte da sessão. A movimentação era acompanhada por pausas para café, mais consultas a celulares e diálogos rápidos entre os magistrados, em contraste com a formalidade dos pronunciamentos captados pela transmissão da tevê.

Um dos episódios que mais chamou atenção ocorreu depois que Mendonça escreveu um bilhete e pediu que a mensagem fosse entregue a Toffoli. O ministro leu o papel ao menos duas vezes e, em seguida, guardou-o no bolso do paletó. Não fez nenhum gesto, tampouco mudou a expressão facial

de seriedade e compenetração. O gesto foi durante as discussões sobre a participação dos ministros no julgamento. Toffoli havia se declarado impedido, mas anunciou que permaneceria no plenário para o caso de ser citado em algum momento e ter a oportunidade de prestar algum esclarecimento. Nunes Marques, por sua vez, também declarou-se suspeito. Defendeu sua participação nos julgamentos da Segunda Turma da Corte e a atuação do filho Kevin — que teria recebido uma mesada de R\$ 500 mil de Vercaro —, e afirmou que, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não pretendia ver aquela sessão conectada ao pleito de outubro. Pediu autorização de Fachin para deixar o plenário e saiu rapidamente.

Fora da imagem

Os momentos de maior tensão foram entre Gilmar e Mendonça. Na primeira discussão que travaram, Gilmar apontou o dedo para o colega. Mendonça reagiu e exigiu que o ministro abaixasse a mão.

“Não está falando com qual quer um”, devolveu. A reação irritada de Mendonça ecoou no plenário e foi captada pela

transmissão da tevê, que manteve o enquadramento em Gilmar.

Apesar dos momentos de confronto, o comportamento dos ministros fora das manifestações formais — e que não foram captadas pela transmissão oficial de tevê — nem sempre reproduziu a tensão daquilo que era transmitido ao público. Depois de um dos embates que tiveram na sessão, Dino aproximou-se de Fachin, abraçou o presidente e conversou com ele ao pé do ouvido. Os dois deixaram o plenário juntos. Na saída, Moraes também cumprimentou Gilmar e se abraçaram antes de deixar o salão de mármore bege. O contraste entre os gestos de amizade e apreço e os embates que estavam sendo transmitidos para quem acompanhava os trabalhos de fora do plenário foi uma das marcas da sessão.

A ministra Cármen Lúcia chamou a atenção pela postura discreta que adotou. Sem fazer intervenções, acompanhou os debates atentamente. Quando lhe coube falar, defendeu que a Corte não tomasse decisões sob pressão do clamor público. A ministra estava entre os integrantes da Corte que haviam votado pela análise separada dos casos de Moraes e Mendonça.

Imprensa internacional repercute

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a abertura de uma investigação contra o ministro Alexandre de Moraes ganhou repercussão na imprensa internacional. Veículos estrangeiros destacam o ineditismo da possibilidade de um magistrado em exercício da Corte ser alvo de uma investigação, além das divisões internas do tribunal e dos possíveis impactos da crise sobre a eleição presidencial de outubro.

Agências como Reuters, Associated Press (AP) e Agence France-Presse (AFP) acompanham o julgamento. As reportagens apresentam o episódio como mais um desdobramento da crise que o caso Banco Master levou para dentro da Corte.

A Reuters foi uma das agências a dar destaque ao caráter inédito da sessão. A reportagem afirma que o Supremo deve decidir sobre uma “investigação sem precedentes” contra um de seus ministros em exercício. Além disso, relaciona o julgamento ao agravamento da crise na Corte poucas semanas antes da eleição presidencial.

A agência britânica também chama Moraes de um dos ministros mais poderosos do STF e destaca o confronto com André Mendonça, responsável pela determinação da investigação. Na avaliação apresentada pela Reuters, o episódio ocorre em um momento particularmente sensível para o país, diante da proximidade da disputa eleitoral.

A Associated Press (AP) colocou

o julgamento no contexto da crise interna do Supremo. A agência destacou o papel de Moraes nos processos que levaram à condenação e à prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro e apontou a disputa entre os ministros como parte de um cenário de tensão que ultrapassa os limites do tribunal e também alcança a corrida presidencial.

Polarização

A cobertura da AP foi reproduzida por veículos como o *The Washington Post* e a ABC News. O *Washington Post* ressaltou que o embate entre Moraes e Mendonça ocorre em meio à polarização política brasileira e que a crise no Supremo repercute diretamente na corrida eleitoral.

Já a ABC News descreveu o momento vivido pela Corte como uma “crise sem precedentes”, relacionando a turbulência ao colapso do Master e às suspeitas que passaram a envolver integrantes dos Três Poderes.

O britânico *The Economist* dedicou espaço ao episódio e afirmou que o STF “está em crise”. A publicação colocou Moraes no centro da controvérsia e destacou as suspeitas relacionadas aos supostos vínculos com com o ex-banqueiro Daniel Vercaro, além do conflito com Mendonça.

A AFP também destacou as relações de Moraes com Vercaro, além do embate entre o ministro e Mendonça, e afirmou que a controvérsia “passou a se sobrepor à campanha presidencial” brasileira.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

kleber sales



Como nas histórias de Xerazade, crise do STF está longe de acabar

“Eles julgaram a seu modo/ E se acumpliciaram nesse trabalho.” Esses versos de *As Mil e Uma Noites* (Brasiliense) parecem escritos para descrever a situação dramática em que o Supremo Tribunal Federal tenta decidir se autoriza a investigação do ministro Alexandre de Moraes por suas relações com Daniel Vercaro, dono do Banco Master. A sessão plenária da Corte ontem terminou sem uma decisão, depois de expor, diante do país, a profundidade da divisão entre os ministros e a sua incapacidade momentânea de arbitrar os próprios conflitos.

Esse clássico da literatura universal é uma coletânea de histórias e contos populares originárias do Médio Oriente e do sul da Ásia e compiladas em língua árabe a partir do século IX. No mundo moderno ocidental, a obra foi traduzida para o francês em 1704 pelo orientalista Antoine Galland, transformando-se num clássico da literatura mundial. Em todas as versões, os contos são narrados por Xerazade, esposa do rei Xariar. Este rei, louco por haver sido traído por sua primeira esposa, desposa uma noiva diferente todas as noites, mandando matá-las na manhã seguinte. Xerazade consegue escapar a esse destino contando histórias maravilhosas sobre diversos temas que captam a curiosidade do rei.

Xerazade interrompe cada conto para continuá-lo na noite seguinte, o que a mantém viva ao longo de várias noites, até que o rei desistiu de executá-la. *As Mil e Uma Noites* nos ensina que o exercício arbitrário do poder quase sempre antecede a queda dos poderosos. Reis, vizires e juízes acreditam controlar o destino dos outros, até descobrirem que também estão submetidos às consequências de seus atos. A autoridade é passageira, a fortuna é instável e ninguém permanece acima da Justiça para sempre. Durante mil e uma noites, Xerazade demonstra que o poder sem limites também aprisiona quem o exerce.

A sessão do Supremo começou sob o signo dessa advertência. O presidente Edson Fachin declarou que o tribunal não julgaria pessoas, mas “fatos e questões jurídicas”. Lembrou os ministros cassados pela ditadura militar e afirmou que a memória dos que sofreram a violência do árbitro impunha responsabilidades aos atuais integrantes da Corte. Entretanto, à medida que as horas avançaram, a solenidade cedeu lugar às acusações, aos ressentimentos e às disputas pessoais.

Alexandre de Moraes classificou como fraudulenta a investigação realizada sob a relatoria de André Mendonça. Disse possuir testemunhas de que houve direcionamento para atingi-lo. Mendonça respondeu de imediato: “Mentira”. Gilmar Mendes acusou o mesmo Mendonça de conduzir o caso com finalidade político-eleitoral, fazer insinuações contra o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e agir de maneira incompatível com a ética judicial.

Impasse continua

A discussão ressurgiu no fim da sessão. Gilmar voltou a acusar Mendonça de “leviandade” e “desfaçatez”. Quando o colega tentou responder, ouviu: “Pode chorar, pode chorar”. Mendonça reagiu: “Não estou chorando, não. Aqui não tem choro, não. Respeite!”. O plenário da mais alta Corte do país assumia a atmosfera de uma disputa pessoal na qual ministros deixavam de divergir apenas sobre questões jurídicas para questionar reciprocamente suas intenções, sua honra e sua conduta.

Foi nesse momento que Flávio Dino retirou o voto que acabara de proferir pela unificação dos processos contra Moraes e Mendonça, e pediu vista. afirmou que não havia mais condições para prosseguir, diante da deterioração do ambiente, e cobrou de Fachin providências para conter os confrontos. Com o pedido, o voto de Dino deixou de integrar o placar, que ficou em quatro a três pela manutenção dos casos separados: Fachin, Mendonça, Luiz Fux e Cármen Lúcia de um lado; Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Moraes do outro.

Antes disso, Dino havia defendido que os processos fossem analisados conjuntamente, com novo relator e tratamento uniforme para todas as autoridades mencionadas nas investigações do Master. Seu argumento era o de que fatos sobrepostos não poderiam receber soluções contraditórias. Ao pedir vista, porém, transformou o voto jurídico num gesto político e institucional: era preciso interromper a narrativa antes que o seu final agravasse ainda mais a crise. Dino suspendeu o desfecho. A interrupção serviu para evitar que o Supremo continuasse a se digladiar em público. O pedido de vista não resolveu o conflito, apenas adiou.

Cármen Lúcia resumiu o constrangimento. Pediu desculpas ao povo brasileiro e reconheceu: “O país espera de nós uma tranquilidade que nós não conseguimos dar”. Foi a frase mais grave da sessão porque não partiu de um adversário do Supremo, mas de uma de suas integrantes mais antigas. A ministra reconheceu que a Corte encarregada de proporcionar segurança jurídica estava produzindo insegurança institucional. A atualidade dos versos de *As Mil e Uma Noites* está na advertência de que a legitimidade do poder depende da maneira como é exercido.

Quem julga os outros precisa aceitar padrões de transparência, impessoalidade e responsabilidade ainda mais rigorosos quando os fatos alcançam seus próprios integrantes. A sessão mostrou que a crise do Supremo já não decorre somente das mensagens de Vercaro, das diligências da Polícia Federal ou das relações mantidas pelo banqueiro. Resulta, também, do acúmulo de decisões monocráticas, inquéritos de contornos indefinidos, conflitos de competência e suspeitas de uso político das prerrogativas judiciais.

“Seu presente/ É tão-somente o fruto do seu passado”. O verso resume a situação da Corte.